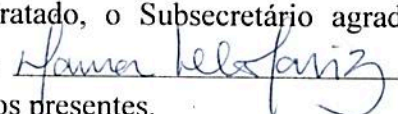


ATA DA 123ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Aos vinte e dois de julho de dois mil e vinte e dois, às 14hs34min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, de forma remota, conforme convocação feita pelo Presidente, com a participação dos seguintes conselheiros: André Abreu Reis, Eugênio Tadeu Possa, Paulo Henrique Santos Fonseca, Paulo Pereira Machado, André Christiano dos Santos, Aparecida Maria Soares Viana, Neide da Silva Resende, Leonardo Mauricio Colombini Lima, Leonardo Amaral Castro, Maira da Cunha Pinto Colares, Gustavo de Castro Magalhaes, Soraya de Fatima Mourthe Marques Lage. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, Camila Mariana da Cruz G. Coutinho, diretora de Gestão de Contas Previdenciárias e a servidora Maura Lelis Mariz. O subsecretário Gleison de Souza cumprimentou a todos e verificou junto aos conselheiros se havia alguma alteração a ser feita na ata da reunião anterior. Diante da negativa, a ata foi aprovada e será conduzida para assinatura na próxima reunião presencial. Após, apresentou a pauta do dia e informou que em 18/07/22, a diretora Camila Coutinho reuniu-se com os membros não governamentais deste Conselho, em uma reunião prévia sobre o PPAG, para debater o assunto com detalhamento e esclarecer todas dúvidas. Em seguida, o Subsecretário passou a palavra para a Camila Coutinho, que apresentou o segundo item da pauta: “Aprovação LOA e PPAG 2023”. Inicialmente, a Diretora de Contas demonstrou aos conselheiros presentes os resultados da utilização dos recursos da taxa de administração em 2021, cujo teto de gastos administrativos foi de pouco mais de R\$13,7 milhões, dos quais R\$6.680.713,16 foram de fato transferidos do BHPrev à conta da taxa de administração, sendo que a diferença entre o que foi transferido e o teto do exercício permaneceu e permanecerá como recurso do fundo. Camila Coutinho ressaltou que até 2021 ainda vigia o procedimento antigo de cálculo da taxa de administração com base em percentual de referência aplicado sobre o total da remuneração dos beneficiários vinculados ao RPPS do ano anterior. Afirmou que a partir de 2022, consoante mudança promovida na legislação municipal, em atendimento às diretrizes do órgão regulador federal, a taxa de administração passou a ser uma alíquota embutida na alíquota de contribuição patronal dos planos, sendo financiada com recursos de ambos os fundos do RPPS. Camila Coutinho apresentou na sequência o saldo financeiro dos gastos administrativos da Unidade Gestora referente ao exercício de 2021 e aos anos anteriores, de pouco mais de R\$392 mil, já deduzidas as despesas assumidas e ainda não realizadas, correspondentes aos empenhos inscritos em restos a pagar, e que permanecia como saldo bancário na conta da taxa de administração, colocando para a deliberação do Conselho de Administração quanto à sua destinação. Os conselheiros presentes decidiram pelo retorno de todo o saldo remanescente ao BHPrev após a realização das obrigações assumidas dos exercícios encerrados. Na sequência, Camila Coutinho expôs os valores calculados para o exercício de 2022, quando o teto de gastos da Unidade Gestora será de R\$8,5 milhões, referente à Lei Orçamentária Anual aprovada, o que corresponde a uma alíquota efetiva de taxa de administração para o exercício de 0,42%, rateada entre os fundos nos termos da Lei nº 10.362, de 2011. A Diretora de Contas seguiu com a apresentação da proposta orçamentária do RPPS para 2023 e da revisão do PPAG, esclarecendo que os conselheiros não governamentais tiveram a oportunidade de, previamente, discutirem com a Unidade Gestora o processo de elaboração de forma detalhada, em



reunião realizada com a equipe técnica, cujo material produzido foi compartilhado com antecedência à reunião de deliberação. A proposta da Unidade Gestora para 2023, 2024 e 2025, de teto de gastos administrativos com recursos da taxa de administração, é de R\$8.493.591,00, R\$9.397.711,00 e R\$10.883.972,00, respectivamente. Quanto às despesas previdenciárias, estima-se para 2023, 2024 e 2025, no caso do Fufin, R\$1.736.875.063,00, R\$1.863.634.836,00 e R\$2.009.432.938,00, respectivamente, e para o BHPrev, R\$8.394.479,00, R\$12.914.930,00 e R\$19.919.457,00, respectivamente. As receitas para os três exercícios, na ordem como foram apresentadas as despesas, estão estimadas em R\$641.783.651,00, R\$651.648.115,00 e R\$660.800.594,00 respectivamente, para o Fufin, e R\$432.275.633,00, R\$503.815.141,00 e R\$585.687.338,00 respectivamente, para o BHPrev. Camila Coutinho reforçou que os resultados para o Fufin, como de praxe, serão deficitários, enquanto que no BHPrev estima-se superávit orçamentário. Passou a palavra para Gleison Pereira, que abriu votação para a aprovação das propostas orçamentárias apresentadas. Os conselheiros presentes aprovaram por unanimidade a proposta de lei orçamentária do RPPS para 2023 e a revisão do PPAG para 2024 e 2025. Por fim, o subsecretário Gleison de Souza passou ao último item da pauta: "Informes Gerais", comunicando a data da próxima reunião, em 23/08/22 e o cancelamento da reunião extraordinária prevista para 02/08/22, considerando que a pauta a ser tratada foi encerrada com a aprovação das propostas da PLOA-PPAG - RPPS/BH 2023-2025. Nada mais a ser tratado, o Subsecretário agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião e, às 15h19min eu,  (Maura Lelis Mariz), lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.

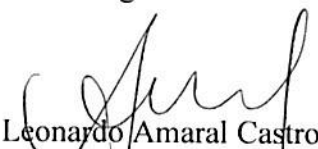
  
André Abreu Reis

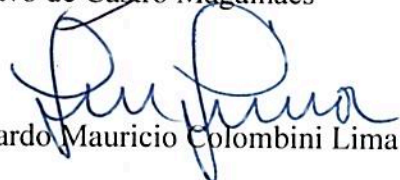
Maira da Cunha Pinto Colares

  
Paulo Henrique Santos Fonseca


Silvio Higino de Rezende

  
Gustavo de Castro Magalhaes

  
Leonardo Amaral Castro

  
Leonardo Mauricio Colombini Lima

  
Aparecida Maria Soares Viana

  
Eugênio Tadeu Possa

  
Paulo Pereira Machado

  
André Christiano dos Santos

  
Neide da Silva Resende